



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1248>



## Histórias de vida de professoras negras no sertão norte-mineiro

Cláudia Maia\*

ORCID iD 0000-0002-8358-8940

Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de História, Montes Claros, Brasil

**Resumo:** Este artigo aborda, a partir de uma análise interseccional, a narrativa de história de vida de duas mulheres – professoras, negras e celibatárias do sertão norte-mineiro – nascidas nas décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, buscou-se compreender como elas se constituem em suas narrativas; como constroem uma imagem de si, que será tornada pública; o que escolhem dizer ou silenciar e, ainda, como a raça norteia as narrativas. Diante das questões, argumenta-se que, ao manterem-se solteiras, elas asseguraram o controle de suas próprias vidas, autonomia financeira e experimentaram maior liberdade. O casamento e a maternidade não apareceram nas narrativas como aspirações pessoais. Apesar das semelhanças de suas trajetórias, a análise interseccional revelou diferenças em suas experiências, estas marcadas pela distinção de classe.

**Palavras-chave:** Professoras. Mulheres negras. Sertão norte-mineiro. Interseccionalidade. Feminismo. Celibato.

### Life stories of black female teachers in the northern backwoods of Minas Gerais

**Abstract:** This article uses an intersectional analysis to address the life story narratives of two black, celibate female teachers from the northern backlands of Minas Gerais, born in the 1920s and 1930s. It attempts to understand: how they constitute themselves in their narratives, how they construct a self-image (which will be made public), what they choose to say or silence and, further, how race guides the narratives. Based on these issues, it is argued that by remaining single they ensured control of their own lives, gained financial autonomy and experienced greater freedom. Marriage and motherhood did not appear in the narratives as personal aspirations. Despite the similarities in their trajectories, the

---

\* Pós-doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) sob a supervisão do Prof. Dr. Manuel Lisboa. Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB), com orientação da Profa. Dra. Rita Laura Segato. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: claudia.maia@unimontes.br.

intersectional analysis revealed class-based differences in their experiences.

**Keywords:** Female teachers. Black women. Northern Minas Gerais. Backwoods. Intersectionality. Feminism.

A entrada de mulheres negras de forma mais expressiva nas universidades brasileiras a partir de meados dos anos 2000, aliada à nova efervescência dos movimentos de mulheres, provocou a expansão dos feminismos negros que, de maneira mais contundente, têm se insurgido contra as pautas, os conceitos e os modos de fazer do feminismo branco hegemônico, contra o apagamento das sujeitas negras e seus conhecimentos do registro histórico e da produção acadêmica, reafirmando a racialidade como primordial para se pensar as relações sociais e a produção de subjetividades no cruzamento com o gênero, a classe e outros marcadores sociais.

Retomando feministas negras estadunidenses que encaminharam inicialmente esse debate entre os anos de 1970 e 1990, como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins, e brasileiras, como Lélia Gonzalez, Jurema Wernek, Beatriz Nascimento e Suely Carneiro, aliado à crítica decolonial, o feminismo negro brasileiro denuncia o modelo ainda predominante de Ciência e de História marcado pelo falo-logocentrismo e pelo racismo – que sistematicamente suprime o pensamento negro. Como afirma Collins, desde os anos de 1970 as intelectuais afro-americanas – e acrescento, também as afro-latino-americanas – insistem que “o viés masculinista no pensamento social e político negro, o viés racista na teoria feminista e o viés heterossexista em ambos sejam corrigidos” (Collins, 2019, p. 40).

Ao fazerem uma crítica epistemológica, as feministas negras apontaram para outros conceitos e caminhos na produção de conhecimentos, como o conceito de interseccionalidade, essencial para visibilizar as mulheres negras na História e, sobretudo, para pensar a intersecção de múltiplos marcadores sociais na produção da exclusão, da desigualdade, da opressão e do apagamento das mulheres negras no passado e no presente. Patricia Collins e Sirma Bilge apresentam uma definição genérica do conceito que orientou esta pesquisa:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

As feministas negras também chamam a atenção para a importância do protagonismo de mulheres negras potentes como tática de visibilizar representações

positivas de seus corpos, em contraposição às representações tradicionais e às imagens de controle – cristalizadas no imaginário social – que desumanizam e inferiorizam as pessoas não-brancas (Xavier, 2019). Alterar os paradigmas que norteiam o trabalho acadêmico, como propõe as feministas negras, começa, a meu ver, pelo questionamento das nossas próprias práticas historiográficas.

No livro *Pensamento feminista negro*, Patricia Collins destaca três formas sistemáticas de supressão das ideias de mulheres negras na prática acadêmica. Uma delas é a omissão por meio de teorias que promovem e instituem um sujeito feminino universal que, entretanto, diz respeito quase sempre à mulher branca de classe média. Outra forma é a inclusão “simbólica” de ideias do feminismo negro, só que de forma substancialmente modificada e despolitizada. Uma terceira forma de supressão consiste no discurso sobre a necessidade de diversidade que, na prática, não se efetiva. Muitas intelectuais brancas com grande competência, observa Collins, sob o pretexto de não serem negras, alegam não serem qualificadas “para compreender ou mesmo falar sobre ‘experiências das mulheres negras’” (Collins, 2019, p. 37). Ao contrário, para Collins, a produção do pensamento feminista negro não pode ficar restrita somente às mulheres afro-americanas, pois esse modelo de feminismo “ficaria enfraquecido como perspectiva crítica por depender exclusivamente de quem é biologicamente negra e mulher” (Collins, 2019, p. 79), isto é:

A importância da liderança das mulheres negras na produção do pensamento feminista negro não significa que outros não possam participar disso. Significa apenas que a responsabilidade pela definição da realidade de cada um cabe sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências. (Collins, 2019, p. 83).

Este artigo surgiu dessas interpelações provocadas, em especial, pelas observações de Collins. Por isso, ele tem como sujeitas mulheres professoras, negras e celibatárias, não raro silenciadas, mesmo pela historiografia das mulheres. Objetivo, portanto, é analisar as narrativas de duas professoras negras, nascidas nas décadas de 1920 e 1930 no sertão norte-mineiro. Procuo entender como elas se constituem em suas narrativas; como constroem uma imagem de si que será tornada pública; o que escolhem dizer e silenciar; o que dizem de si, ou seja, como se autorrepresentam e, ainda, como o gênero e a raça norteiam essas narrativas. Não discuto aqui o conjunto de suas experiências, mas somente aquelas que possibilitam entender as narrativas de si. Argumento que manterem-se solteiras possibilitou para essas mulheres o controle de suas próprias vidas e maior liberdade. Além disso, em um momento em que restavam poucas opções de emprego remunerado para mulheres, e aqueles destinados às mulheres negras eram, em sua maioria, de pouco prestígio social e baixa remuneração, essas mulheres tornaram-se professoras. Isso lhes assegurou autonomia financeira, laços de amizade e de afeto conquistados por meio do exercício da profissão.

É importante ressaltar que falo da posição de alguém interessada em compreender as experiências múltiplas de mulheres – marcadas pelo gênero, pela classe, pela raça, mas também pelo estado civil e espaço geo-histórico das margens – e as narrativas de si. Assim, ao tomar as narrativas dessas importantes professoras como objeto de análise, não tenho a pretensão de definir suas experiências nem suas realidades, mas a expectativa de contribuir para tornar conhecidas as suas trajetórias e colaborar para a historiografia das mulheres negras.

Para esta pesquisa, optei pela História Oral de vida que, conforme José Carlos Sebe Meihy (1996, p. 147), “trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”, ela possibilita a percepção de aspectos mais subjetivos das experiências das colaboradoras, por isso é o retrato oficial das depoentes. Nesse sentido, ainda conforme Meihy (1996, p. 148), “a ‘verdade’ está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas”.

Cheguei às colaboradoras de forma bastante aleatória, por indicação de colegas historiadores, das cidades de Diamantina (MG) e São Francisco (MG), que me apresentaram várias mulheres para participar da pesquisa. O único critério de seleção era que as mulheres tivessem idade igual ou superior a 80 anos.<sup>1</sup> Coincidentemente, entre as que me foram apresentadas, estavam as duas professoras negras que se tornaram protagonistas deste trabalho. As entrevistas foram realizadas em 2019, em suas residências e, embora eu tivesse um roteiro previamente organizado, não lhes coloquei inicialmente perguntas, apenas pedi que contassem a história de suas vidas. “Você quer que comece por onde?”, perguntaram. “Por onde você quiser”, respondi. Ao final da primeira narração, indaguei sobre a infância, a juventude e aspectos da vida adulta, como namoro, amizades, relações familiares, inserção no mercado de trabalho, dentre outros pontos que interessavam aos meus objetivos de pesquisa.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa integra um projeto mais amplo que analisa as representações de gênero no sertão norte-mineiro por meio de memórias, autobiografias e narrativas de histórias de vidas de mulheres nascidas entre as décadas de 1920 e 1940. Agradeço ao prof. Roberto Mendes (Unimontes) e ao Sr. João Neto – Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – por me apresentarem as colaboradoras da cidade de São Francisco; e à profa. Dayse Lúcida Santos – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – por me apresentar as colaboradoras de Diamantina e auxiliar na devolutiva. Os municípios de São Francisco, Várzea da Palma – às margens do Rio São Francisco – e Diamantina estão localizados na macrorregião do Norte de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Na minha experiência de mais de vinte anos de pesquisa em História Oral com colaboradora(s) de diferentes idades, gêneros, níveis de escolaridade e condição social, aprendi que em cada entrevista é necessária uma abordagem distinta e, especialmente com os mais idosos, é imprescindível estabelecer inicialmente uma relação de confiança. Por isso, antes de começar propriamente, eu me apresento e converso sobre coisas cotidianas e amenidades, sobre pessoas conhecidas comuns, dentre outros assuntos; apresento o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e explico com mais detalhes os objetivos da pesquisa. No caso das entrevistadas selecionadas para este artigo percebi, quando cheguei às residências das colaboradoras, que elas já haviam se organizado para a entrevista – já conheciam o seu objetivo –, tendo, por exemplo, selecionado objetos de recordação e fotografias para me mostrar. Então, após a abordagem inicial, optei por ouvir primeiro o que elas planejaram me contar para depois,

Assim, embora as narrativas tenham sido recortadas e organizadas numa sequência que interessa aos objetivos deste texto, o conteúdo resulta da seleção da memória de minhas colaboradoras e dos episódios das histórias que elas quiseram tornar públicos.

As narrativas foram gravadas e posteriormente transcritas. No processo de *textualização*, fiz pequenas alterações para tornar a leitura mais compreensível. Em consonância à proposta de José Carlos Meihy, entendo que a linguagem falada e a linguagem escrita possuem valores diferentes, por isso optei pela *transcrição* que procura corrigir as desigualdades entre elas, “permitindo que o não literalmente dito seja dito” (Meihy; Holanda, 2017, p. 156). Meu propósito inicial era devolver, pessoalmente, para as colaboradoras, a transcrição das entrevistas para que pudéssemos fazer juntas as alterações que elas julgassem necessárias. Entretanto, o mundo foi surpreendido pela pandemia da covid-19 a partir do final de 2019 e, com ela, as medidas de distanciamento social que inviabilizaram a devolutiva presencial do texto transcrito. Por isso, em Diamantina, recorri a minha colega para levar o texto impresso na casa da colaboradora. Ela leu, fez algumas correções gramaticais e autorizou a sua utilização na pesquisa. Não tive a mesma sorte com a colaboradora de São Francisco, conforme explico a seguir. Mas, afinal, quem são as mulheres que protagonizam esta história?

## As protagonistas

Começo com a de maior idade: Juracy Sá, chamada carinhosamente pelos mais próximos de Jura. Ela me recebeu para conversar numa manhã de junho, após o banho e o café da manhã. Juracy nasceu em São Francisco, na casa onde ainda vivia. Ela não falou sua idade – fui advertida por sua cuidadora de que ela nãoalaria –, mas, durante a entrevista, se referiu aos seus 90 e poucos anos. Fiquei sabendo mais tarde, por meio de uma matéria publicada no jornal local, que ela nasceu em 1926 (Vereda, 2021), portanto estava com 93 anos no momento da entrevista. O pai nasceu na cidade de Carinhanha (BA), foi músico e maestro. Ele mudou-se para a cidade de São Francisco para criar uma banda de música e se fixou como dono do cartório de registro civil e de imóveis. Juracy cresceu sem muitos contatos com a vizinhança, segundo ela, por distinção social e por ser “filha do escrivão”, um cargo de prestígio nas cidades do interior. Coursou o ensino primário em São Francisco e depois foi para o Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros, onde foi interna e concluiu aos 17 anos o curso Normal – magistério no nível de segundo grau. Retornou para São Francisco no início da década de 1940 e começou

---

a partir do que me contaram, colocar as questões e pontos que interessavam mais especificamente ao meu problema de pesquisa. Esse primeiro momento mais livre da narração foi extremamente rico para os objetivos da pesquisa. Além do roteiro semiestruturado, aprovado pelo Comitê de Ética, utilizei um caderno de campo para anotações de memórias das entrevistas e de câmera fotográfica para o registro de imagens das colaboradoras e de seus objetos de recordação.

a lecionar na escola onde havia estudado; ademais, ela auxiliava o pai no cartório da família, para isso fez um curso de datilografia em Belo Horizonte.

Seguindo a tradição do pai, Juracy também integrou uma banda de música onde tocava bandolim, seu instrumento preferido, guardado como relíquia e lembrança em seu extenso acervo pessoal. Na juventude, Juracy foi muito “farrista”, gostava de fazer a romaria para a Serra das Araras, pela fé e pela festa.<sup>3</sup> “Porque nós íamos mesmo era pra farra, nós não íamos rezar não! [...]. Depois que eu dei pra muito religiosa lá” (Juracy Sá, 2019), ela confessa. Ela também se reunia com outros jovens para fazer piqueniques na praia do rio São Francisco onde havia comida, brincadeiras, sanfoneiros e danças. Juracy viajou por muitos lugares, conheceu muitas cidades no Brasil e exterior. Era uma mulher moderna e muito independente para sua época, foi dela a segunda bicicleta feminina a circular em São Francisco (Fig. 1). Infelizmente, dona Jura faleceu no dia 14 de maio de 2021, aos 95 anos (Veredas *São Francisco – Minas Gerais*, 2021), por isso a transcrição da sua entrevista não passou por sua revisão.<sup>4</sup>



Figura 1 – Juracy Sá e sua bicicleta em 1950.  
Fonte: acervo pessoal de Juracy Sá.

<sup>3</sup> As festas de Santo Antônio na Serra das Araras, distrito do município de Chapada Gaúcha, fazem parte de uma tradição centenária naquela porção do São Francisco. Todos os anos, grupos deromeiros partem da cidade São Francisco para a festa que reúne rituais religiosos, bailes, bares, muita música e bebidas alcóolicas. Osromeiros percorrem 91km a pé para pagar promessas ou pela tradição.

<sup>4</sup> A devolução dos resultados da pesquisa aos sujeitos que dela participaram e sua publicação é um compromisso ético e de responsabilidade que integra a prática da História Oral. Essa devolução pode ser feita de diversas formas e a partir de variados produtos como publicações, vídeos, série, memorial, exposição, dentre outros (Santhiago, 2018). Embora não tenha sido possível devolver a transcrição da entrevista, que resultou em fonte para esta pesquisa, para Dona Juracy, os resultados finais da pesquisa serão devolvidos à família e à comunidade de São Francisco, especialmente a escola que ela fez parte, por meio de publicações de artigos e capítulos de livros (disponibilizados *on-line* e em *E-book*) que poderão ser usados no curso de licenciatura em História no município e nas aulas de História na Educação Básica.



Figura 2 – Juracy Sá (1926-2021).  
Fonte: acervo pessoal da autora.

Joanna Entreportes, carinhosamente conhecida como Joanninha, me recebeu em sua casa em Diamantina, numa manhã fresca de agosto de 2019, toda alinhada em roupa de passeio e com muitos objetos de recordação já separados para me mostrar. Dentre eles, haviam muitas homenagens que ela recebeu por sua carreira de professora, pois é uma docente reconhecida tanto em Diamantina quanto na cidade de Várzea da Palma, onde passou a maior parte de sua carreira.



Figura 3 – Joanna Entreportes no dia da entrevista.  
Fonte: acervo pessoal da autora.

Joanna nasceu em Diamantina, em 1935. O seu pai era natural de Manga (MG), cidade localizada às margens do rio São Francisco, no Norte de Minas. Ele migrou para

Diamantina, “assentou praça” como militar e por lá se casou. A mãe era dona-de-casa, gostava de bordar e cantar. Joanninha é a terceira filha de um total de dez. Teve uma infância difícil devido às questões financeiras, pois o salário do pai não era regular. O pai também era músico e gostava de organizar apresentações musicais e de teatro com os filhos para a família, mas, algumas vezes faziam apresentações para a vizinhança, nessas ocasiões ele montava um palco em casa voltado para a rua. Dessa época, Joanna guardou a lembrança de algumas canções, que cantou para mim, deixando evidente o seu gosto por cantar, a voz linda e afinada.

Ela me contou que sua mãe a incentivava a estudar, por isso cursou a educação básica, mesmo com dificuldades, no Colégio Nossa Senhora das Dores, mas, dessa época, pouco se lembra, também não se recorda das colegas. Da infância ela saltou para o ano de 1962, quando se mudou para a cidade de Várzea da Palma a fim de ocupar um cargo de professora; lá ela fez o curso Normal. Atuou como professora da Educação Primária, Educação Especial e de Ensino Religioso; também teve uma vida dedicada à igreja católica, especialmente aos grupos de jovens. Em 1992 deixou a cidade de Várzea da Palma e foi morar em Belo Horizonte, onde trabalhou na secretaria de uma escola até se aposentar. Em 1997 retornou a Diamantina. Suas lembranças se concentram na fase em que viveu em Várzea da Palma (1962-1992), que segundo ela, “foi uma vida maravilhosa de trabalho, de... harmonia e felicidade” (Joanna Entreportes, 2019).

Para além de serem contemporâneas, professoras, negras e terem tido pais músicos e uma carreira bem-sucedida, essas mulheres também optaram pelo não casamento, em um momento de grandes pressões sociais em torno da conjugalidade, em que o estereótipo da *solteirona* exercia verdadeiro terror moral para coagir as mulheres ao casamento (Maia, 2011), conforme discuto adiante.

## Mulheres negras solas

O cotidiano, os afetos e as resistências de mulheres negras solas e celibatárias ganharam terreno na historiografia brasileira a partir, especialmente, dos estudos sobre família e da História Social preocupada em incluir as mulheres. Nesses estudos, elas apareceram como chefes de famílias matrifocais, sobrevivendo sozinhas com ou sem filhos por meio de várias estratégias de resistência. Estudos sobre o cotidiano da escravidão no século XVIII e no XIX, por sua vez, mostraram que as ocupações mais comuns dessas mulheres foram como quitandeiras, jornaleiras, lavadeiras, parteiras, fiandeiras e tecelãs (Figueiredo, 1997; Botelho, 2000). Muitas dessas mulheres negras solas assumiram o protagonismo das suas vidas e acumularam recursos que possibilitaram conquistar a sua liberdade e de seus filhos, algumas puderam inclusive

legar aos seus herdeiros certa mobilidade social (Dantas, 2016).<sup>5</sup> Além disso, com maior mobilidade e liberdade para circular pela cidade, muitas vendeiras, apesar de expostas à violência e à conotação negativa do trabalho de rua, foram importantes lideranças na preservação de tradições e religiosidades africanas, no auxílio às fugas de escravizados(as) e nas movimentações abolicionistas (Dias, 1984).<sup>6</sup>

No início do século XX merece destaque a atuação da extraordinária Antonieta de Barros, mulher negra, professora e jornalista. Nascida em 11 de julho de 1901, Antonieta foi eleita deputada estadual em 1934 por Santa Catarina e está entre as três primeiras mulheres eleitas no Brasil, sendo a primeira negra. Dedicada à educação e ao combate ao analfabetismo, foi de sua autoria a lei que criou o Dia Nacional do Professor. Assim como as professoras negras colaboradoras desta pesquisa, Antonieta também não se casou (Nunes, 2001).

Com a República, o celibato feminino e o grande número de mulheres solteiras tornaram-se preocupação pública e social no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Emergiram discursos (médico, jurídico, literário) em torno dos problemas do celibato, ao mesmo tempo em que construía o estereótipo da *solteirona* como uma mulher deficitária, sexualmente reprimida e um desvio da natureza (Maia, 2011). Esse estereótipo tinha como objetivo conduzir as mulheres ao casamento, apresentado como único caminho de realização pessoal e de felicidade para elas. Entretanto, esses discursos, assim como o estereótipo da solteirona, não eram direcionados às mulheres negras, mas, mais especificamente, à mulher branca burguesa que se recusava a se casar; que desejava seguir uma carreira profissional; que reivindicava independência, cidadania ativa e, por isso, colocava em risco o projeto de modernidade burguesa dos corpos e comportamentos femininos (Maia, 2011).

As mulheres negras não foram foco do discurso/dispositivo da *solteirona* porque historicamente a imagem delas está associada ao estereótipo da mãe-preta ou da mulata sedutora e de sexualidade exacerbada (Gonzalez, 1984). Essas são imagens de controle que, conforme Patricia Collins (2019, p. 35), atestam a dimensão ideológica

---

<sup>5</sup> No seu estudo sobre a mobilidade social de mulheres negras no comércio de rua da Vila e Termo de Sabará (MG) no século XVIII, Mariana Dantas destaca a importância dessa atividade para acúmulo de bens que possibilitou essas mulheres comprarem sua liberdade, a liberdade dos filhos e assegurar um futuro melhor para eles por meio dos estudos e alguma herança. A autora, contudo, minimiza o sucesso dessas mulheres e enfatiza que elas exerciam suas atividades em condições desfavoráveis e desiguais, pois, estavam expostas a “parceiros comerciais econômico e socialmente mais influentes e poderosos que elas” (Dantas, 2016, p. 20).

<sup>6</sup> A história da jovem Caetana, estudada por Sandra Graham, é interessante para pensar o protagonismo de mulheres negras. Ela foi escrava doméstica numa fazenda de café no Vale do Paraíba (SP) na primeira metade do século XIX, que recusou peremptoriamente o casamento. Obrigada por seu senhor a casar-se com um parceiro de escravidão, ela se negou a manter relações sexuais com ele, pois sentia “grande repugnância ao estado de matrimônio”. Mesmo sob as ameaças de surras, “se não submetesse ao marido, como era obrigação de uma esposa”, Caetana conseguiu persuadir seu senhor de que “jamais aceitaria de bom grado o casamento” e, com a permissão dele, apresentou uma petição ao Tribunal Eclesiástico para anulação do seu casamento em 1836 (Graham, 2005, p. 24).

da opressão e, ao lado da dimensão política e econômica, são usadas para manter as mulheres negras em um lugar designado e subordinado. Nesse sentido, a moral sobre a sexualidade “reprimida” da *solteirona* não estava associada à imagem da mulher negra. Como observou Beatriz Nascimento,

A exploração sexual de que a mulher negra foi vítima por parte dos senhores, determinada principalmente pela moral cristã portuguesa, que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa ou de “solteirona”, dependente economicamente do homem e limitada – quando esposa – ao papel de procriadora – ou seja, sua vida sexual restringia-se à posterior maternidade –, fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça [...]. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz mais desreprimida sexualmente, facilita a tarefa do homem de exercer sua dominação livre de qualquer censura. (Nascimento, 2021, p. 60-61).

Além disso, historicamente os trabalhos relacionados aos cuidados, aos serviços domésticos, ao uso da força física, dentre outros de menor remuneração, mesmo nos espaços públicos eram/são realizados – em sua imensa maioria – por mulheres pobres e negras, portanto, o trabalho delas era essencial ao projeto de modernidade burguesa, implantado a partir da República.

Os estudos sobre a solidão/solteirice de mulheres negras em contextos mais recentes tem enfatizado a dupla exclusão dessas mulheres no mercado matrimonial ao serem, por um lado, preteridas como esposas pelos homens brancos devido ao racismo e, por outro, pelos homens negros devido às representações de gênero, já que casar-se com mulheres brancas, em certos contextos, potencializa o homem negro, configurando-se assim como um dos elementos de afirmação da sua masculinidade. Em sua dissertação de mestrado, sobre a solidão de mulheres negras em São Francisco na segunda metade do século XX, Aline Lima aponta ainda que: 1) a solidão da mulher negra não está restrita somente ao não casamento, mas, também, na própria família, uma vez que são preteridas em relação aos irmãos homens e as mais claras; 2) as mulheres negras vivem a solidão de forma diferenciada segundo sua geração, para as mais jovens – mais imersas nos valores da conjugalidade burguesa –, o não casamento é percebido como rejeição e fracasso, para as mais velhas, resultado de escolha ou alguma outra situação específica (Lima, 2019).

O estado de solteira não apareceu como um problema nas narrativas livres das minhas colaboradoras ou como algo a ser destacado em suas trajetórias – seja como um elemento de exclusão e rejeição que causou sofrimento, seja como uma escolha deliberada, ou um ato de rebeldia. Joanna destaca a incompatibilidade entre trabalho, estudo e casamento:

Mas, passou esse período de estudo e mãe falava: 'ou bem que namora ou bem que estuda'. Então, ou bem que namora ou bem que estuda, tem que estudar, né?! [...] Preferi estudar. [...] Agora você vê, eu trabalhava, estudava... Dava aula de manhã, à tarde e à noite, estudava... e lá tinha o movimento de jovens ainda, que eu dava catequese, arrumava a igreja e fazia flor também. Para ensaiar, tinha o horário de ensaiar. Como é que eu ia dedicar a um namoro? Num tinha como. Apesar de que tinha os candidatos, mas eu num... Dedicava mais ao trabalho e à parte religiosa. (Joanna Entreportes, 2019).

Estudo, trabalho e dedicação às obras sociais e religiosas, esses foram os motivos mobilizados por Joanna, na narrativa de si, para explicar por que não se casou. Mas logo ela mudou o tema da conversa para falar das alegrias do seu trabalho profissional e social, deixando manifesto seu pouco interesse em falar sobre sua vida amorosa.

Os motivos mobilizados por Juracy foram outros:

Ah, 'Jura é dona do nariz dela, ela sabe o que faz' [dizia o pai] [...]. Eu era muito danada, mas num era namorada, não. *E era assim, os namorados que eu queria, às vezes não me queria, sabe?! E os que me queria, eu... não ia com a cara, sabe?* [...] Eu falava 'Não, eu só vou casar com quem eu quiser'. Eu tinha minhas escolhas, né? Mas a escolha era errada para mim. Eu, às vezes, arranjava um rapaz. Mas num servia. [...] Meu pai não entrava nesse meio. Nunca, nunca, nunca. Às vezes ele orientava a gente, né? 'Oh gente, vocês procuram conversar, e tudo... pra ver se serve'. [...] Quem eu gostava para ser meu esposo mesmo, num deu certo. Aí só namorava, como meu pai dizia: 'Quem que importa com Jura? Jura é absoluta'. Ele falava assim, sabe! [risos]. Quer dizer que mandava, né? [...] *Mas toda vida sempre fui muito absoluta!* [...] *Mãe era muito religiosa. Então essa vida assim, como eu falo com você, dessas viagens, namoro e tudo, ela não participava. Tinha vez que até a gente namorava com alguma pessoa, às escondidas! Naquele tempo é... às vez era pessoa que ela num topava! E nós topávamos, então... A gente enfrentava, desobedecia. Ela não ficava nem sabendo* [risadas]. (Juracy Sá, 2019, grifos meus).

Perguntei se havia cobrança da família para que ela se casasse, novamente ela lembra do pai:

*Às vezes meu pai falava: 'Jura, você precisa arranjar um rapaz bom, pra casar'. Eu falei é, mas os que eu quero... não me quer, então... num tem conversa. [...]. Se eu estou dando muito trabalho, eu saio* [risos]. *Aí eu só falava era assim: se eu estou dando muito trabalho, eu saio.* (Juracy Sá, 2019, grifos meus).

Juracy se constitui em sua narrativa como uma mulher livre, aventureira, festeira, desobediente, absoluta, ou seja, uma mulher independente e autônoma, inclusive

em relação ao pai. Ela encontrou nas viagens pelo Brasil, no conhecimento de outros lugares sua maior paixão e realização pessoal. Uma vez que não pôde se casar com quem desejava, optou por não o fazer de outra forma. Não foi por interferência dos pais, como fez questão de deixar claro, já que sua vontade era absoluta.

Ao contrário de Joanna, uma mulher de família mais humilde e que o trabalho aparece como uma necessidade, como fator primordial, o casamento por sua vez tornou-se algo menos importante. Para Juracy, de família mais abastada, o casamento seria um empecilho para a sua independência, por isso não era vantajoso abrir mão da sua vida boa e de divertimentos por um casamento sem amor. As distinções de classe informam os motivos diferentes do não casamento, mas esse não aparece nas narrativas das colaboradas como algo desejado, nem como um déficit ou elemento desqualificador de suas trajetórias. Elas também não mencionam entre os motivos as questões raciais.

Os motivos que aparecem nessas narrativas, porém, foram comuns a muitas professoras do período. A carreira profissional de professora conferia um grau de autonomia e uma posição social para as mulheres (Maia, 2011), como as minhas colaboradoras.

## A carreira de professora

Até a década de 1970 eram poucas as opções de emprego remunerado para mulheres e aqueles destinados às mulheres negras – especialmente as mais pobres – eram, em sua maioria, de pouco prestígio social e baixa remuneração. Mesmo assim, Juracy e Joanna tornaram-se professoras, assegurando sua sobrevivência, autonomia, laços de amizade e de afeto por meio do exercício da profissão.

Em artigo publicado em 1976, Beatriz Nascimento destaca a continuidade da “herança escravocrata” na função das mulheres negras – sobre as quais intersecciona a estrutura de dominação, como mulher e como negra – como trabalhadoras que, segundo ela, não teria mudado muito com o processo de industrialização e de expansão das áreas urbanas iniciado na década de 1930. “As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação”, ou que “permaneça como trabalhadoras nas áreas rurais” (Nascimento, 2021, p. 58). Com a maior abertura do mercado de trabalho para as mulheres a partir de 1930, mantiveram-se as desigualdades entre as mulheres brancas e negras, devido à “hierarquia educacional”, uma vez que as negras tinham menos acesso à educação escolar para qualificarem-se; além disso, a maior parte dos empregos abertos à população feminina implicavam relações com o público, exigindo-se “boa aparência”. Assim, afirma a historiadora: “o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, ou então trabalhando como operária industrial” (Nascimento, 2021, p. 60). Minhas colaboradoras, sem dúvida,

são exemplos de mulheres que conseguiram romper esse ciclo, pois estudaram, se qualificaram e construíram uma carreira profissional que, naquele momento, acumulava maior prestígio social. Conforme Nilma Lino Gomes, as mulheres negras,

[...] ao se tornarem professoras, “saíram do seu lugar”, isto é, do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições sócio-econômicas da maioria da população negra brasileira – o lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira, daquela que realiza serviços gerais –, para ocuparem uma posição que, por mais questionada que seja, ainda é possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal. (Gomes, 1995, p. 28-29).

Mas, se o critério racial determinou diferenças na inserção no mercado de trabalho entre mulheres negras e brancas, conforme apontou Beatriz Nascimento, a intersecção de classe também foi crucial nas diferenças de oportunidade, escolarização e profissionalização entre mulheres negras.

Joanna relatou as dificuldades que teve para estudar, só vindo a cursar o curso Normal quando já trabalhava como professora em Várzea da Palma na década de 1960. Ela cursou o ensino fundamental no Colégio Nossa Senhora das Dores, um importante educandário de Minas Gerais, dirigido por freiras e destinado a formar as mulheres da elite de Diamantina e de toda a região, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Juracy, ao contrário, não relata dificuldades para estudar. Ela cursou o Normal no Colégio Imaculada Conceição, fundado em 1907 pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Belar (Bélgica), em Montes Claros, também destinado às filhas das classes mais abastadas da região norte-mineira; esse colégio foi a primeira instituição de ensino para mulheres com sistema de internato e externato situado nessa cidade (Borges, 2013). Essas escolas, nesse período, não tinham como objetivo, necessariamente, profissionalizar mulheres para o exercício do magistério, mas formar esposas/mães habilidosas e inteligentes, por isso, o curso Normal era conhecido como “espera marido”. Mesmo assim, esse curso e a carreira no magistério foram a porta de entrada para que muitas mulheres pudessem se profissionalizar, assegurar sua autonomia financeira e uma posição social fora do casamento (Maia, 2011).

Juracy, mesmo ao apresentar os aspectos positivos do colégio, não deixou de ressaltar que aquilo se tratava de uma prisão, talvez esse seja um dos motivos pelos quais viajar e conhecer outros lugares fora da região norte-mineira tornou-se, para ela, o principal projeto de vida. Ao retornar como professora formada para a cidade de São Francisco, ela pôde escolher trabalhar no melhor colégio da cidade (Grupo Escolar Coelho Neto), depois assumiu o desafio e a missão de auxiliar na instalação do Colégio Caio Martins, destinado aos filhos de trabalhadores rurais. Em 1964, ela prestou concurso público para o magistério no Estado de Minas Gerais e foi aprovada em primeiro lugar, como informa o memorialista João Naves em seu portal (Veredas São Francisco – Minas Gerais, 2021).

## Narrativas de si

Juracy se dedicou a viajar e conhecer outros lugares, especialmente após a aposentadoria. Para isso, tornou-se agente de turismo e passou a organizar caravanas de viagens e peregrinações para a Lapa, Aparecida do Norte e para as tradicionais festas de Santo Antônio na Serra das Araras, distrito do município de Chapada Gaúcha. Ela me contou com muita satisfação e brilho nos olhos que viajou por todo o Brasil, visitou o Uruguai, Paraguai e Peru; que conhecia mais lugares que muitas pessoas da cidade, inclusive o pai, tendo sido ela que o levou para conhecer outros lugares, como o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a imagem que constrói de si é de uma mulher de aventuras, que gostava de farras e que soube aproveitar muito bem a vida.

[...] Quando era perto [da festa] da Serra assim, porque a Serra tinha uma romaria, muitos iam a pé, outros iam de caminhão. Nós íamos de caminhão! Então meu pai dizia: '*É, tá no tempo das vagabundas ir pra Serra, farrear*'. Porque nós íamos mesmo era pra farra, nós não íamos rezar não! [...] *Ôh! Menina*, era uma farra mesmo! Depois que eu dei para muito religiosa lá, eu arrumava o altar de Santo Antônio... Meu pai dizia: 'Jura podia fazer o curso era de viajante!' [risadas]. 'Porque ela gosta muito de viajar, de conhecer os lugares'. [...] *Eu era muito aventureira*. Meu pai dizia 'Jura é muito aventureira!', e meu pai não viajava, não conhecia nem a capital do estado que ele nasceu. [...] *E agora, me incomoda porque num posso... estar solta!* [...] Aproveitei, viu! 90 e poucos anos... bem vividos! Bem vividos mesmo, viu! [...] *Hoje eu sinto falta de minhas pernas, né? Porque se eu tivesse minhas pernas...* (Juracy Sá, 2019, grifos meus).

Devido à idade, ela perdeu bastante a mobilidade das pernas e se locomovia com dificuldade, por isso ficou impedida de continuar suas aventuras fora de São Francisco. Ao narrar sobre suas limitações físicas, sua fala tornava-se lamentosa, pois havia perdido parte da liberdade conquistada e não podia mais viver solta. As pernas que a levaram para conhecer um universo fora do espaço mais restrito do Norte de Minas tornaram-se motivo da sua prisão. Ao final da entrevista, dona Jura me conduziu por suas viagens, mostrou-me várias fotografias que ilustravam suas aventuras e os lugares que visitara, contou-me tudo com um sorriso enorme de prazer e satisfação no rosto.

A historiadora francesa Michele Perrot destaca a importância de as mulheres, sobretudo as mulheres sós, saírem fisicamente do universo mais restrito da casa e dos círculos familiares para criarem uma consciência de gênero, romper as fronteiras dos espaços e papéis reservados a elas e passarem da sujeição para a independência. Na França, esse processo ocorreu especialmente a partir da segunda metade do século XIX, provocado pelo florescimento do turismo que fornecia “às mulheres dos meios mais favorecidos, ocasiões de sair de suas casas” (Perrot, 2005, p. 280). O ato de viajar também se inscreveu como elemento fundamental na fase final da educação das

moças protestantes e, posteriormente, também das católicas. Como observa Perrot, a viagem em si mesma não resolve nada, mas a experiência que adquiriam ao conhecer outras culturas, outras vivências, o acesso à criação e às novas técnicas, a ligação com a fotografia, tudo isso contribuiu para “afirmarem sua liberdade como sujeito: em suas práticas de vestuário e seu modo de vida, suas escolhas religiosas, intelectuais e amorosas”; contribuiu de maneira mais ampla para “recuar a fronteira do sexo” (Perrot, 2005, p. 305).

No Brasil, o processo de urbanização, de expansão das ofertas de trabalho feminino e de escolarização da população, a partir das primeiras décadas do século XX, contribuiu para alargar as oportunidades de saída das mulheres do universo mais restrito da família e da sua cidade (Rago, 1997; Maia, 2011). Muitas delas, especialmente as professoras, saíam para estudar e trabalhar, como foi o caso de Joanna.

O trabalho profissional como professora e o trabalho social com os grupos de jovens da igreja católica, especialmente no período entre 1962 e 1992, quando viveu em Várzea da Palma, aparecem na narrativa de Joanna como as principais fontes de sua realização pessoal. Ela me recebeu para a entrevista com vários recortes de jornais, presentes, certificados de cursos de qualificação que realizou, textos de homenagens e fotos de festas e recepções que recebeu como reconhecimento do seu trabalho como professora e agente pastoral. Com orgulho, falou de cada uma das homenagens e do afeto dos ex-alunos e membros da comunidade. Uma das homenagens foi da Escola Estadual Joseph Hein, onde ela atuou, diz o texto:

Olhar de Paz!

Sorriso de Paz!

Passos de Paz!

Atrás de nós, na estrada já palmilhada ao longo da vida, enfileiram-se pessoas que nos marcaram, que nos impulsionaram e nos impulsionam, que nos fizeram escolher, que nos libertaram, que nos ajudaram a crescer [...]

A você JOANINHA, Joaquina da Paz, o nosso reconhecimento pelo belo trabalho em nossa escola. (Homenagem, 1986).

A mensagem da escola expressou com precisão a minha percepção diante daquela figura pequena de mulher tão serena, de sorriso manso, olhos vibrantes, voz baixa, afinada e, aos 84 anos, ainda cheias de planos. Paz, inspiração, dedicação, juventude, afeto, fé são alguns dos termos que aparecem nos textos de homenagens à Joanna. Não por acaso, a imagem que ela constrói de si na narrativa é de uma mulher querida, amada, reconhecida e vista como “sempre” jovem por ter dedicado a sua vida ao trabalho com a juventude.

O que eu gostaria de lembrar continuo lembrando; que foi o meu trabalho com eles [os jovens] e... o carinho, o amor que eles dedicam para com a minha pessoa.

Tudo isso é lembrado e nas minhas orações todos os dias eu peço por todos. (Joanna Entrepertes, 2019).

Michael Pollak observa que nas entrevistas de histórias de vida a pessoa tende a voltar várias vezes a um número restrito de acontecimentos. Segundo ele,

A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de leit-motiva em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. (Pollak, 1989, p. 14).

Nesse sentido, na narrativa de Juracy, a ênfase está na sua independência e em suas aventuras; na narrativa de Joanna, o fio condutor foi o reconhecimento da comunidade de Várzea da Palma pelo seu trabalho profissional e social, especialmente com os jovens. É sobretudo por esses aspectos enfatizados que elas se mostram ao outro e, seguindo a perspectiva da escrita de si proposta por Michele Foucault, constituem a própria identidade mediante “a recolocação das coisas ditas” (Foucault, 2004, p. 147-148).

## Os silêncios

Não apareceu nas narrativas das minhas colaboradoras qualquer referência à discriminação ou preconceito racial. Isso pode ser explicado pelo processo seletivo da memória que privilegia lembrar somente os momentos de alegria e esquecer os acontecimentos traumáticos; ou os recortes que elas fizeram para compor as imagens que procuraram construir de si para tornar públicas. Eu não fui a primeira pesquisadora a entrevistar essas mulheres, de certa maneira elas já eram figuras públicas em suas cidades. Como observam Meihy e Ribeiro (2011, p. 22) “não é raro o entrevistado se sentir ‘falando para a História”.

Mas, a ausência de episódios de discriminação racial pode estar relacionada também à posição de prestígio e respeito que elas assumiram por serem professoras – portanto detentoras de um capital cultural e social – em cidades pequenas ainda bastante rurais e com elevado número de analfabetos, inclusive nas classes mais abastadas, no período em que elas atuaram, entre a década de 1940 e início da década de 1990. Quando perguntada diretamente sobre discriminação por causa de sua cor, Joanna respondeu: “Na minha vida não. Não senti! Nunca senti. Eu falo assim: ‘Gente, eu sou...’, às vezes na altura, mas eu gosto de mim assim mesmo. Como eu sou. E eu fui reconhecida assim mesmo como eu sou!” (Joanna Entrepertes, 2019).

## Algumas conclusões provisórias

Podemos perceber na análise e no cruzamento das narrativas das trajetórias de vidas de Juracy e Joanna que não há assimilação do discurso burguês ocidental do casamento e maternidade como fundamento e fonte principal de realização feminina, algo que as completaria como uma “verdadeira mulher”. A referência sobre o casamento só apareceu quando lhes perguntei. Da mesma forma, não aparece em suas narrativas livres relatos de experiências sobre preconceito racial, o que pode ser explicado pela ausência de consciência do racismo, por muito tempo naturalizado, ou simplesmente pela seleção da memória, tendo em vista a imagem que procuraram construir de si como mulheres de sucesso, queridas e socialmente reconhecidas. Por outro lado, pode estar relacionado também à posição de prestígio que elas assumiram por serem professoras em cidades pequenas. Mais do que “desviar” de preconceitos raciais, a carreira de professora possibilitou a elas posição social e reconhecimento, independência financeira e maior liberdade para exercer suas escolhas. Como mulheres, negras e celibatárias, elas superaram desigualdades de gênero, de raça e de estado civil – já que a condição de casadas colocava as mulheres no topo de uma hierarquia de valores.

Nesse sentido, Joanna e Jaracy excedem, de certa maneira, as imagens de controle impostas sobre as mulheres negras, que as confinam em posições de subalternidade, tornando-se, com suas vidas e experiências, representações mais positivas para as jovens mulheres negras se inspirarem e se identificarem. Elas, certamente, modificaram a paisagem racial das escolas e de outros espaços que ocuparam.

Ainda que existam semelhanças em suas trajetórias, é possível perceber também diferenças em suas experiências marcadas pela distinção de classe. Conforme afirma Patricia Collins, “as diferenças entre as mulheres negras produzem padrões diferentes de conhecimento experiencial que, por sua vez, dão forma a reações individuais às questões centrais”; por isso, “não existe uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam típicas, normativas e, portanto, autênticas” (Collins, 2019, p. 70-73).

Assim, os sentidos usados para construir representações de si também são diferentes: Joanninha ancorada no trabalho profissional e religioso; Jura, na sua potência como uma mulher que exerceu poder pelos conhecimentos acumulados, livre e aventureira. Apesar das diferenças, as duas têm/tinham ciência da importância de suas histórias de vida, por isso, o tempo todo foram elas que, de certa maneira, conduziram a entrevista. Como afirmou Juracy: “Éh minha filha, minha história é grande sabe!”.

Dedico este texto a memória da mestra Juracy Sá.

## Referências

- BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, esposa-mãe e professora*. Montes Claros: Unimontes, 2013.
- BOTELHO, Tarcísio. Fiandeiras e tecelonas: o trabalho da mulher na atividade têxtil mineira (Montes Claros-MG, século XIX). *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 5, n. 5, p. 33-49, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DANTAS, Mariana Libânio de Rezende. Mulheres e mães negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Almanack*, Guarulhos, n. 12, p. 88-104, 2016.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FOUCAULT, Michael. A escrita de si. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.) *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. p. 145-162. (Ditos e Escritos, 5).
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GONZALEZ, Léia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Anpocs (Org.). *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 223-244
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOMENAGEM. *Voz da Cidade*. Várzea da Palma, ano 1, n. 3, dez. 1986.
- LIMA, Aline Cardoso. *A voz que quer ser ouvida e precisa ser escrita: memórias afetivas de mulheres negras sozinhas da cidade de São Francisco-MG (1979-2010)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unimontes, Montes Claros, MG, 2019.
- MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fábola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimento*. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonieta de Barros: uma história*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, SC, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.

VEREDAS SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS. Adeus mestra Juracy. *Facebook*, 15 maio 2021. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2728854617359076&id=1688528254725056&scmts=scwspssdd](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2728854617359076&id=1688528254725056&scmts=scwspssdd). Acesso em: 8 fev. 2022.

XAVIER, Geovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

## Fontes orais

ENTREPORTES, Joanna [84 anos]. [maio 2019]. Entrevistadora: Cláudia Maia. Diamantina, MG, 25 maio 2019.

SÁ, Juracy [93 anos]. [jun. 2019]. Entrevistadora: Cláudia Maia. São Francisco, MG, 8 jun. 2019.

Recebido em 17/08/2021

Versão final recebida em 27/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

**Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE):** 80541017.6.0000.5146.

**Fonte de financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) – Demanda Universal (Processo APQ-02139-15) e Bolsa de Iniciação Científica; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – Bolsa de Produtividade para Pesquisador e Bolsa de Iniciação Científica.

**Conflitos de interesse:** nada a declarar.